

**Poder, consumo indumentário e prestígio na América portuguesa em meados do século XVIII**

Juliana de Mello Moraes

Docente do Dep. de História e Geografia da  
Universidade Regional de Blumenau (FURB)

jmmoraes@furb.br

Desde final do século XVII, o povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (atualmente denominado Curitiba) foi elevado à categoria de vila com a instalação da câmara municipal, a qual estabeleceu o poder local, por meio de organização política semelhante a outras urbes do império português. A economia da região pautava-se na agricultura de subsistência e na criação de animais, tendo como base o trabalho compulsório de indígenas. Entretanto, nas primeiras décadas do século XVIII, o crescimento demográfico favoreceu a dinamização econômica, pois foi intensificada a produção de alimentos e a criação de gado, propiciando o envolvimento com o comércio tropeiro. Essas mudanças contribuíram para a transição do uso da mão-de-obra compulsória indígena para a escravizada de origem africana, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Tal transformação alterou a configuração social e suas dinâmicas na vila, impactando na composição dos patrimônios individuais e familiares, bem como na competição por prestígio e distinção. A íntima relação entre hierarquias sociais, poder e consumo representativo se justificava, uma vez que a posição dos indivíduos dependia essencialmente de sinais exteriores indicativos da graduação, das formas de tratamento, das insígnias e privilégios. A aquisição de roupas, joias e outros acessórios realizada pelos indivíduos relacionava-se intimamente com suas redes de inter-relações e interdependências, pois os gastos por prestígio ocorriam em função da necessidade de preservar ou ampliar o status, sobretudo entre os “homens bons” de vilas e cidades. Nesse sentido, o patrimônio familiar é o *locus* privilegiado para averiguar o consumo representativo, sendo os inventários documentos primordiais para acessar tais espólios. Elaborados no contexto da morte, os inventários setecentistas arrolavam os bens imóveis e móveis, incluindo o vestuário e outros elementos da indumentária, para transmissão e partilha entre os herdeiros. Portanto, verificar o impacto nos patrimônios e, em especial,

nos gastos por prestígio num contexto de mutações numa determinada configuração social permite vislumbrar e problematizar as dinâmicas de distinção em função da presença de diferentes grupos étnico-sociais e da participação no poder político local na América portuguesa ao longo do século XVIII.